

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M F DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*MARCOS SÁ CORREA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente***Despertar Liberal**

aula P-10

Estão começando a voltar as idéias liberais. Redescobertas pelos cidadãos, reaparecem renovadas e ampliadas depois da ilusão de que o Estado pudesse ser capaz de trabalhar à base da liberdade como conceito para o homem e para as suas relações com a sociedade.

Está em curso um verdadeiro renascimento da liberdade, a partir do reconhecimento de que as idéias liberais são inseparáveis: na economia ou na política, princípios e conceitos ou se inspiram na liberdade ou estão destinados a malograr a curto prazo.

O renascimento do liberalismo, como uma idéia básica (ativa, produtiva e representativa), não implica a transposição mecânica dos conceitos que pautaram a economia de mercado no seu aparecimento histórico, ou marcaram o princípio representativo em política. É mais do que aquele impulso que conduziu a arrancada do capitalismo e culminou, na segunda metade deste século, na modernização em que a máquina se refinou em informática, e liberou o ser humano para atividades que o aliviam do esforço físico.

O Brasil não poderia desconhecer esse surto liberal. Pelo contrário, depois dos 20 anos de autoritarismo, em que o Estado se distanciou da sociedade, as práticas punitivas e a suspeição permanente restabeleceram a ligação inevitável entre a liberdade econômica e a liberdade política. Os cidadãos a cada dia se deslumbram mais com a verificação de que o poder público é o menos interessado em reconhecer as fórmulas liberais e que a cidadania, ao contrário, não pode dispensá-las em sua aplicação diária. Na economia e na política, nada substitui as liberdades. Os seus detratores só querem exterminá-las.

Ao reencontrar os conceitos que partem desse valor absoluto, a sociedade percebe quanto perdeu por ter confiado ao Estado a gestão do seu futuro, sem questionar-lhe os métodos e a intenção. A economia brasileira é hoje um conjunto manejado com mão pesada pelo governo, mas o pior são os resultados insatisfatórios e onerosos. Empresas públicas produzem má qualidade e custos altos. As necessidades continuam desatendidas. Sob o nível de exigências da sociedade, mas tanto a política como a produção continuam para trás.

Neste momento, a idéia de modernização se ligou indissolavelmente aos conceitos de liberdade, por força das circunstâncias históricas que associam, de forma estreita, o nosso atraso às idéias antiliberais. Quem se opõe hoje no Brasil à modernização econômica e política é uma corrente de pensamento genericamente rotulada de esquerda, que abarca, porém, desde uma visão sindical a uma proposta constitucional, em claro desacordo com os anseios da sociedade.

Aos cidadãos que viram de perto como o Estado não tem capacidade de decidir nem de agir em favor da sociedade é impossível pretender enganar uma segunda vez. Se o autoritarismo, com todos os recursos à sua disposição, foi incapaz de conduzir a bom termo o projeto estatizante, de muito menos autoridade dispõe uma suposta corrente de opinião para propor a mesma coisa sob aparência democrática. De que sobreviveu o autoritarismo, em sua afirmação política, senão dos instrumentos de asfixia econômica do setor privado? A proposta de submeter a estatização econômica ao controle democrático não oferece a menor garantia: o Estado não tem respeito pela liberdade, nem precisa usá-la. Portanto, o risco continuará a ser o mesmo do autoritarismo.

Os cidadãos querem correr os riscos da liberdade, mas não o de perdê-la para o Estado. Em economia, os riscos são inerentes à liberdade de

iniciativa e ao progresso. Em política, os únicos riscos da liberdade dizem respeito às preferências dos eleitores.

Guardam os brasileiros a sua esperança e a sua confiança para o jogo democrático, que vive a sua fase preliminar nesta Constituinte em que afloram aspirações coletivas e decepções acumuladas ao longo do paternalismo estatal que marca negativamente a vida brasileira há praticamente meio século. Retardou-se a consciência democrática por efeito do espírito corporativo que, desde o Estado Novo, impregnou a legislação social brasileira, contaminou a atividade econômica e viciou a parcela do empresariado que acreditou nesse relacionamento. A deslealdade do Estado está, porém, identificada em toda a sua extensão — a capacidade de fazer o mal em nome do bem. Ou seja, como árbitro político.

A Constituinte exprime, no entanto, uma idéia liberal ainda tímida, mas sobretudo intimidada pelo patrolhismo ideológico com que as tendências de esquerda procuram tirar partido da estatização já implantada. O passo seguinte seria manter o controle político sobre a sociedade, através dos mesmos mecanismos corporativos que emperram a atividade sindical e submetem os empresários ao Estado.

Em contraponto ao reencontro da cidadania com as idéias liberais, difunde-se capciosamente um preconceito anticapitalista, como se a economia de mercado fosse portadora de injustiças sociais obrigatórias. Toda essa prevenção se destina a desviar a atenção democrática que identifica na estatização o grande obstáculo à evolução política. Mas é sobretudo um abrigo para proteger o atraso econômico, de que as esquerdas se tornaram porta-vozes credenciados pela estatização.

O choque entre o pensamento liberal, modernizante e dinâmico, e a tendência esquerdista, retrógrada e verdadeiramente conservadora (porque se recusa a mudar tudo isso que não deu certo), vai-se dar no debate e na votação da nova Constituição, mas numa segunda etapa marcará um novo jogo político. Pois é inevitável que todos esses conceitos liberais, revalorizados pela descoberta crítica dos equívocos do estatismo, terão conseqüências práticas previsíveis. Os partidos que não quiserem assumir a convicção liberal e se comprometer com as liberdades, e preferirem sustentar o jogo escuso da estatização, estarão com os seus dias contados. Portanto, o debate vai limpar o terreno e abrir espaço ao aparecimento de novos padrões políticos e, certamente, um novo partido terá que reunir — na área urbana e na área rural — toda essa variedade de pequenos proprietários e pequenos empresários, que clamam por um regime capaz de garantir-lhes a liberdade de produzir. A liberdade de produzir não abdica da liberdade de pensar, de criticar e de votar.

Em suma, a democracia se viabiliza através de uma visão liberal, que pede mais clareza do que as esquerdas são capazes de propor. Até aqui, a esquerda no Brasil pratica o anticapitalismo mas negligencia a liberdade, e não tem a coragem de propor o socialismo, porque nenhum segmento representativo da sociedade brasileira o aceita. A democracia, ao contrário, é cada vez mais identificada com os padrões do liberalismo, no conceito mais moderno e dinâmico, que dispensa o Estado de fazer o que a sociedade tem condições de realizar, e a obriga a cumprir o seu dever elementar de garantir o essencial, em termos de educação e saúde, a par dos serviços públicos elementares. Pode o Estado, portanto, começar a se preparar para a volta às origens, a que a descoberta da liberdade o reservou.